SOCIOLOGIA

Sociologia, Problemas e Práticas

66 | 2011
SPP 66

Para uma análise sociológica da reflexividade individual

For a sociological analysis of personal reflexivity

Pour une analyse sociologique de la réflexivité individuelle

Para un análisis sociológico de la reflexividad individual

Ana Caetano

OpenEdition Journals

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/spp/523
ISSN: 2182-7907

Editora
Mundos Sociais

Edição impressa
Data de publição: 1 Maio 2011
Paginação: 157-174
ISSN: 0873-6529

Refêrencia eletrónica
Ana Caetano, « Para uma análise sociológica da reflexividade individual », *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 66 | 2011, posto online no dia 12 novembro 2012, consultado no dia 30 abril 2019.
URL : http://journals.openedition.org/spp/523

© CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

PARA UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA REFLEXIVIDADE INDIVIDUAL

Ana Caetano

Introdução

A mobilização do conceito de reflexividade tem vindo a tornar-se cada vez mais frequente na produção sociológica das últimas décadas. Esta noção é frequentemente utilizada para dar conta dos processos de mudança que caracterizam a modernidade, particularmente nas suas manifestações mais tardias. Mas à frequência do seu uso não tem correspondido um esforço equivalente de operacionalização do conceito. Pouco tem sido feito no sentido de compreender explicitamente a forma como operam os processos mediante os quais as pessoas reflectem sobre aquilo que as rodeia e o modo como agem com base em deliberações reflexivas nos diversos contextos sociais por onde se movem.

O conceito de reflexividade está subjacente a problematizações teóricas que remontam aos autores fundadores e clássicos da sociologia, particularmente no que diz respeito à discussão mais alargada sobre a relação entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e agência. Mas, para levar a cabo uma análise que tome como objecto de estudo a reflexividade, é necessário articular e pensar os diferentes contributos da história da disciplina à luz daqueles que são os desafios específicos colocados pelo estudo do conceito.

O objectivo deste artigo passa precisamente por identificar e discutir os parâmetros teóricos com base nos quais é possível operacionalizar o conceito de reflexividade, tendo em vista a elaboração de um modelo de análise sociológica de processos reflexivos ao nível individual. A proposta aqui apresentada, não sendo a única via de análise desta problemática, reúne os instrumentos cognitivos e operatórios que se considera serem mais relevantes para a construção de uma abordagem empírica sobre este problema teórico.

Dualidade e dualismo

Um dos elementos centrais das abordagens teóricas direccionadas para a análise da reflexividade diz respeito ao modo como a relação entre estrutura e agência é conceptualizada do ponto de vista ontológico. Ou seja, se ambas são entendidas como mutuamente exclusivas ou se são antes perspectivadas como entidades distintas com propriedades específicas. A importância desta questão prende-se com o facto de a possibilidade de análise da reflexividade ancorar, em grande medida, no posicionamento que se toma a este respeito.

Os fundamentos da abordagem de Archer (2003a; 2003b; 2007; 2010) são, num determinado nível, irrefutáveis: é, de facto, necessário conceber analiticamente uma

separação entre estrutura e agência para que se possa analisar a sua interacção. Estrutura e agência operam em diferentes escalas de tempo; o primado ontológico das estruturas concretiza-se no facto de os indivíduos nascerem em enquadramentos estruturais preexistentes. Se determinado tipo de relações e papéis sociais (como os familiares, por exemplo) preexistem e sucedem aos indivíduos, então o estatuto ontológico das estruturas não pode ser redutível ao das pessoas (Brante, 2001: 181).

As estruturas sociais são anteriores, exteriores, autónomas e exercem influência causal sobre os indivíduos. Mas, para que essa influência seja exercida, é necessário que os poderes causais das estruturas sejam activados pelos agentes. Como afirma Archer (2003b: 4-9), para que a acção de constrangimento ou capacitação estrutural se concretize é necessário que exista algo sobre o qual actue. O modo como estes poderes causais são activados depende da forma como as propriedades emergentes das pessoas são mobilizadas. Neste sentido, a existência de propriedades estruturais é distinta do exercício dos seus poderes causais.

É precisamente a este nível que o papel da reflexividade deve ser concebido, como mecanismo que medeia e torna eficaz a influência estrutural (Archer, 2003b; 2007). Mediante o exercício da reflexividade, os sujeitos elaboram projectos e definem estratégias com base nas circunstâncias sociais em que estão inseridos e nos recursos a que têm acesso. A resposta aos factores estruturais é filtrada pelas preocupações, prioridades e objectivos de cada indivíduo. Nalguns casos, esses factores actuam como constrangimento à concretização de projectos, noutros como capacitação para realizarem os seus objectivos.

Os poderes emergentes das pessoas, por sua vez, têm também eficácia causal sobre as estruturas. A activação dos poderes agenciais dos sujeitos pode resultar naquilo que Archer (2003a: 79) apelida elaboração estrutural, ou seja, na transformação das estruturas iniciais.

A conflação entre estrutura e agência torna impossível compreender quais as propriedades que as caracterizam e quais os efeitos causais que ambas exercem. Neste sentido, a análise da reflexividade individual tem por pressuposto o dualismo analítico preconizado pelo realismo crítico.

Isto não implica, contudo, negar a importância dos fundamentos das teorias da estruturação, como o fez Archer. O dualismo analítico não tem necessariamente de ser entendido como incompatível com a noção de dualidade da estrutura proposta por Giddens (2000; 2004). Não tem de o ser por dois motivos.

Desde logo porque as estruturas sociais não devem ser pensadas sempre na sua componente externa às consciências individuais, no sentido de Durkheim. Uma das principais fragilidades da proposta de Archer passa, aliás, pela ausência da vertente de interiorização da exterioridade de que falava Bourdieu (2002; 2003). A influência causal das estruturas, constrangendo ou capacitando os projectos individuais, faz-se também sentir por via interna. A noção de disposições permite precisamente dar conta desses processos: o social encontra-se enraizado nas mentes dos sujeitos sob a forma de esquemas de percepção e interpretação que orientam a acção.

É aqui que se situa o segundo motivo. Precisamente porque as estruturas assumem também esta componente interiorizada, a reflexividade não deve ser entendida como o único mecanismo de mediação entre estrutura e agência. O

sentido prático desempenha um importante papel na definição das condutas humanas (Bourdieu, 2001; 2008). Os indivíduos têm um conhecimento tácito do mundo que lhes permite agir sem que tenham de reflectir sobre as suas opções ou activar estratégias assentes na racionalidade.

A combinação das duas ontologias (do dualismo analítico e da dualidade da estrutura) é mais profícua para a análise das práticas, e da sua componente reflexiva em particular, do que a escolha unilateral entre as possibilidades de uma ou de outra. Como argumenta Stones (2001), não se tratando de propostas teóricas mutuamente exclusivas, a sua articulação permite abarcar um conjunto de questões e problemáticas mais alargado do que permitiria a eleição de apenas uma delas.

Embora não se verifique uma incompatibilidade irreconciliável entre a ontologia proposta pelas duas abordagens, a combinação entre ambas pode também ser pensada apenas do ponto de vista metodológico, como sugere Mouzelis (2008: 203-205, 226-227). Para o autor, que propõe a noção alternativa de dualismo metodológico, é mais importante distinguir metodologicamente estruturas e actores, evitando a sua conflação, do que estabelecer essa separação ao nível ontológico. A realidade social deve ser analisada, quer do ponto de vista interno dos actores, quer sob uma perspectiva externa respeitante às estruturas.

A análise da reflexão dos sujeitos acerca das suas opções e do seu lugar no mundo social implica que as estruturas sejam perspectivadas como entidades externas porque são tomadas como objecto que capacita ou constrange. Mas, por outro lado, as deliberações reflexivas não assumem em exclusivo o papel de orientação da acção. Os processos de interiorização das estruturas sociais permitem desenvolver nos sujeitos um conhecimento prático do real que engendra acções ajustadas às suas probabilidades objectivas. O que importa reter desta discussão é que o dualismo e a dualidade se reportam a diferentes componentes da relação entre estrutura e agência. Como tal, devem ser entendidos como variáveis (Costa, 1999: 488) e devem ser combinados para que se consiga elaborar um entendimento mais completo e complexo das práticas sociais.

Acção e agência

Nas diferentes propostas teóricas que se debruçam sobre esta problemática, a referência à reflexividade surge geralmente associada à conceptualização da agência humana e integrada, em muitos casos, na discussão sobre a relação entre estrutura e agência. Contudo, nem sempre é esclarecida a ligação entre estes conceitos. Acção, agência e reflexividade surgem, muitas vezes, como noções intermutáveis para designar os mesmos processos sociais, o que potencia alguma confusão e pouco rigor na utilização destes conceitos. É, por isso, fundamental compreender como se definem, como se articulam e que lugar ocupam na elaboração de um modelo de análise da reflexividade individual.

A clarificação destas noções implica transpor duas ambiguidades relativamente comuns: (1) a conflação entre acção e agência, por um lado, e (2) a oposição entre estrutura e agência, por outro.

O conceito de agência é geralmente utilizado para dar conta do grau de liberdade exercido pelos indivíduos face aos seus constrangimentos sociais (Walsh, 1998: 33; Waters, 2000: 15-16). Reporta-se à capacidade de os actores, face a uma mesma situação, poderem conscientemente agir de forma diferente, tendo por referência os seus objectivos e projectos pessoais.

Mas este conceito tem vindo a ser mobilizado no pensamento sociológico de formas bastante diferentes e muitas vezes pouco precisas (Emirbayer e Mische, 1998: 962). A utilização da agência como sinónimo do conceito de acção é uma das principais confusões que daí decorrem. A associação entre os dois conceitos é legítima, já que ambos remetem potencialmente para o nível individual de análise. Mas esta ligação tem também, muitas vezes, implícita a referência à criatividade dos sujeitos em contraponto à influência causal das estruturas. Neste sentido, assumir que os dois conceitos designam as mesmas dinâmicas sociais significaria admitir que os actores são permanentemente criativos porque as suas acções derivam sempre da sua capacidade de inovar. Ora, esta ideia é dificilmente sustentável se se tiver em conta os processos de reprodução social protagonizados pelos indivíduos. O principal contributo da teoria disposicionalista é precisamente o de contrabalançar esta noção, realçando o cariz pré-reflexivo e, num certo sentido, mesmo passivo, de uma parte substancial das acções individuais (Bourdieu, 2001; 2002; 2003; 2008).

As práticas podem, de facto, assumir diferentes formas. Independentemente das designações utilizadas para dar conta das suas diversas modalidades, o que importa salientar é que a acção é composta por elementos racionais, utilitaristas, interpretativos e estratégicos, mas também práticos, rituais e pragmáticos. O que significa que a componente agencial é apenas uma dimensão possível na explicação da acção (Alexander, 1988; 1992; Mouzelis, 2008; Pires, 2007). Os actores não são sempre agentes, no sentido de exercerem a sua capacidade agencial, assente num conhecimento aprofundado da realidade social.

Falar em criatividade ou passividade nas condutas humanas implica fazê-lo sempre por referência às estruturas sociais. Diz-se que os indivíduos são passivos "devido a" e que têm liberdade "face a" (ou "apesar de"). Se a acção for entendida como contemplando ambas as dimensões, então não faz sentido pensar as estruturas sociais como entidades que se opõem à capacidade agencial dos actores. As estruturas constrangem, mas também capacitam e criam condições de possibilidade para o exercício dos poderes causais das pessoas, nomeadamente da reflexividade (Archer, 2003a; Giddens, 2004). Não é, por isso, necessário escolher entre estrutura e agência na compreensão das condutas sociais. Essa escolha apenas faria sentido se se pretendesse adoptar perspectivas (excessivamente deterministas ou voluntaristas) que não integram a combinação dos poderes causais de ambas na explicação do mundo social.

Como afirma Elder-Vass (2010: 87), porque a acção não é determinada pela estrutura, ainda que seja por ela afectada, não existe qualquer tipo de inconsistência na análise da agência em articulação com os contextos sociais em que ela é exercida. A capacidade agencial dos sujeitos não emerge num vazio social. O exercício da agência é feito através e não em contraponto com o sistema cultural, no sentido de

Alexander (1988; 1998). Até porque a criatividade e inovação da acção dos sujeitos é atravessada pela dimensão hierárquica da vida social. Os poderes agenciais dos indivíduos são variáveis consoante os seus posicionamentos no espaço social, os contextos por onde se movem e as redes em que se encontram inseridos. O que significa que nem todos os actores têm necessariamente a mesma possibilidade de serem criativos na definição das suas condutas sociais (Alexander, 1998: 218; Mouzelis, 2008: 232; Walsh, 1998: 33).

Contrariar a conflação da acção e da agência, por um lado, e a oposição entre estrutura e agência, por outro, permite melhor compreender que conexões se estabelecem entre estes conceitos diferentes, embora interconectados. A reflexividade surge habitualmente mais conotada com a agência. De facto, pode ser pensada, num determinado nível, como forma de exercício da capacidade agencial dos sujeitos, no sentido em que os indivíduos se pensam a si mesmos por referência às suas circunstâncias sociais e tomam as estruturas como objecto, podendo ponderar diferentes opções e conceber trajectos alternativos. Mas é importante destacar que reflexividade e agência não são sinónimos. Embora seja uma possibilidade, dos processos reflexivos não resulta sempre o exercício da capacidade agencial dos sujeitos. A reflexividade não origina necessariamente criatividade e inovação na acção: pode não só resultar em reprodução, como nem sequer dar origem a qualquer tipo de conduta. O que resulta do exercício da reflexividade depende sempre da articulação entre factores estruturais, contextuais e pessoais. Para compreender a relação entre reflexividade e agência é, por isso, necessário ter em conta quais as condições sociais de possibilidade que permitem que as deliberações reflexivas se transformem em acção criativa.

Subjectividade, consciência, reflexividade

Ao conceito de reflexividade surge geralmente associado um conjunto de conceitos-satélite, como as noções de subjectividade, cognição, pensamento, consciência, mente e vida interior. Não se tratando de sinónimos dos processos reflexivos dos sujeitos, são sobretudo concepções de enquadramento, que constituem o espaço onde decorrem as deliberações reflexivas de cada indivíduo. A este respeito é importante esclarecer um conjunto de noções:

— A vida interior de cada sujeito encontra-se localizada na sua mente. É nesse espaço de interioridade que decorrem as conversas internas e os processos reflexivos. Apenas nesse sentido surge a referência à mente individual. Não importa, num contexto de análise sociológica, compreender os mecanismos biológicos do cérebro que contribuem para a sua constituição. Interessa fundamentalmente conceber a vida interior dos sujeitos na sua relação com a realidade social exterior na definição de um espaço de privacidade mental onde decorrem processos reflexivos.
— É através das conversas internas (Archer, 2003b; 2007) que a reflexividade é exercida. Os sujeitos mantêm diálogos consigo mesmos, nas suas mentes,

mediante os quais estabelecem objectivos, definem prioridades, ponderam opções e dificuldades e elaboram projectos. Tal como Archer (2003b: 21-34) defende, a noção de diálogo é mais pertinente do ponto de vista analítico para dar conta destas dinâmicas do que a de introspecção, na medida em que permite conceber os indivíduos como agentes activos no seu espaço interior. Os sujeitos não são meros observantes da sua vida interna; são participantes centrais na sua constituição.

— A noção de subjectividade tem vindo a ser associada, sobretudo pela tradição weberiana, ao sentido atribuído pelos sujeitos às suas acções e à realidade social em geral. É habitualmente utilizada para designar o espaço pessoal dos indivíduos, a que só os próprios sujeitos têm acesso. É neste lugar de individualidade e singularidade que decorrem as conversas internas. As duas noções podem, aliás, ser pensadas conjuntamente. Os diálogos interiores são subjectivos porque vividos na primeira pessoa e, nesse sentido, dizem apenas respeito ao sujeito. A subjectividade, por sua vez, assume a forma de conversas internas porque é através desses diálogos consigo mesmas que as pessoas definem os parâmetros do seu espaço de privacidade mental.

— Os diálogos internos em que o sujeito se toma como objecto são processos mentais, privados, conscientes, sem que tenham necessariamente qualquer tipo de manifestação externa. São expressos por elementos linguísticos, mas também por imagens e símbolos. A reflexividade é ainda alimentada, como afirma Pinto (2008: 200), por um conjunto articulado de "saberes, competências, referência a valores, disposições éticas e juízos morais, gostos, investimentos afectivos, expectativas, aspirações e projectos, representações e pulsões identitárias". A este nível as emoções, enquanto componente fulcral da vida interior dos sujeitos, podem desempenhar um papel importante. Se as mesmas forem entendidas como comentários às preocupações individuais, que expressam a importância dos diferentes tipos de situação para os indivíduos, desencadeiam reflexões acerca do que os sujeitos sentem e das respostas emocionais das outras pessoas (Archer, 2007; Holmes, 2010; Rosenberg, 1990; Sayer, 2010). As emoções podem também, por outro lado, conduzir directamente à acção, sem suscitarem qualquer tipo de deliberação reflexiva: os indivíduos agem sem cálculo consciente em resposta ao que sentem no momento imediato.

— A cognição é o que permite aos indivíduos conhecerem e compreenderem o mundo. É, de facto, através de processos cognitivos que a reflexividade é exercida. Mas não são sinónimos, no sentido em que, contrariamente à cognição, a reflexividade, na acepção que lhe é aqui atribuída, tem sempre um referente social: os indivíduos compreendem não só o mundo, como também o lugar que nele ocupam. A cognição, bem como o pensamento que dela decorre podem ser exercidos para dar resposta a questões de outra natureza, como por exemplo a resolução de problemas matemáticos. O que significa afirmar que a vida interior dos sujeitos não se esgota nos seus processos reflexivos.

A fronteira entre o que é ou não reflexivo, o que tem ou não um referente social, é incerta e pouco clara. Pode sempre argumentar-se, de modo coerente,

com o cariz social da actividade matemática ou de outras acções cognitivas similares, o que dificulta a distinção que se procura aqui estabelecer. Dificilmente se pode identificar um objecto a ser considerado pelo sujeito que não tenha esse referente social, mesmo quando se trata de questões biológicas, por exemplo. Na prática, esta distinção é de difícil demarcação. Analiticamente, por outro lado, é possível considerar que existe uma diferença, nem que seja de grau, entre uma pessoa que se questiona acerca da cor do móvel que tem à sua frente, e outra que pondera a procura de um novo emprego. Ambas podem ter um referente social, mas neste último caso essa ligação é mais evidente, na medida em que implica que o próprio sujeito seja tomado como objecto.

Quotidianamente colocamo-nos questões como "será que hoje há muito trânsito?", ou "estará a chover amanhã?" Este tipo de questionamento faz parte das dinâmicas do dia-a-dia. O que diferencia estes diálogos internos dos processos reflexivos que se pretende aqui analisar é o elemento auto-referencial de colocar o *self* em perspectiva. No fundo, esta distinção remete para a diferença entre acção e acção social, tal como definida por Weber (1995).

— A vida interior dos sujeitos não é composta apenas por dinâmicas conscientes. Os indivíduos não se encontram em estado permanente de alerta. A análise da reflexividade individual requer que seja dada especial atenção aos mecanismos conscientes, mas na verdade a interioridade de cada pessoa é também constituída por processos que decorrem sem que os indivíduos deles se apercebam. O conceito de disposições permite precisamente dar contra dessa vertente pré-reflexiva, materializada em esquemas de percepção e interpretação que têm o potencial de orientar as condutas humanas (Bourdieu, 2002; 2003). Como afirma Lahire (2001; 2002), essas matrizes podem ser tomadas como objecto pelos sujeitos, mas tendem a operar sem serem questionadas.

Estas considerações permitem pensar a vida interior dos sujeitos num modelo estratificado, como o que se encontra representado no quadro 1. A interioridade é composta por uma vertente não consciente, que remete, em termos gerais, para a acção dos sistemas de disposições individuais. Convém, no entanto, ressalvar que o posicionamento das disposições no lado não consciente da vida interior não exclui a possibilidade de, em certas situações, estes esquemas tácitos interpretativos serem alvo de reflexão individual. A componente consciente consiste na subjectividade expressa através das conversas internas dos sujeitos que, tomando por referência as suas circunstâncias sociais, resultam em processos de reflexividade. A inexistência desse referente social redunda em pensamento reflexivo direccionado para questões de outra natureza. Estas distinções, nomeadamente entre o que opera ou não a um nível consciente, são na realidade mais fluidas do que uma representação gráfica permite expressar. Ainda assim, a delimitação esquemática é útil por permitir circunscrever analiticamente, de forma clara, o lugar da reflexividade nas dinâmicas internas dos sujeitos.

Em suma, o conceito de reflexividade é aqui entendido como uma propriedade emergente das pessoas que permite aos indivíduos pensarem conscientemente

Quadro 1 Estrutura da vida interior dos sujeitos

Vida interior		
Não consciente	Consciente (Subjectividade — conversas internas)	
Disposições	Com referente social	Sem referente social
	Reflexividade	Outro pensamento reflexivo

sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. É um processo mental, privado, subjectivo, sob a forma de diálogo, que pressupõe sempre a relação com o lugar que os indivíduos ocupam no espaço social e nos contextos por onde se movem. O seu exercício conduz a autoconhecimento, mas fomenta também, indissociavelmente, a compreensão da realidade exterior. Os processos reflexivos não esgotam as dinâmicas da vida interior e não se esgotam na interioridade das mentes individuais, como se verá no ponto seguinte.

Posições, papéis, identidades

Pelas tensões que o conceito de reflexividade potencialmente sugere, o recurso a esta noção na investigação sociológica requer que os parâmetros da sua utilização sejam devidamente explicitados (Holland, 1999: 463). Em contexto académico os problemas colocados à sua utilização prendem-se sobretudo com o facto de evocar tradições sociológicas assentes em "compromissos unilaterais" (Alexander, 1988: 312). Na esfera pública e mediática os obstáculos que o uso do conceito coloca têm a ver com a valorização do afastamento do indivíduo face ao mundo social, particularmente em contextos de fomento da auto-ajuda e autoconhecimento. O principal problema da mobilização do conceito reside, portanto, na posição de confronto em que é muitas vezes colocado relativamente às condições materiais de existência.

A reflexividade remete, de facto, a muitos níveis, para a autonomia individual. Contudo, não deve deixar de ser reforçado que o exercício da reflexividade é indissociável dos posicionamentos dos agentes face à distribuição de diferentes tipos de recursos. Os actores sociais têm um conhecimento aprofundado acerca das suas realidades sociais, são criativos, efectuam escolhas, têm alguma autonomia na definição dos seus percursos, atribuem sentido às suas acções, têm intenções, razões e motivações para agir, projectam e reflectem e têm poderes causais. Mas tudo isto não significa controlo absoluto sobre as suas condutas. O grau de autonomia que exercem não decorre em condições sociais da sua escolha. Os indivíduos encontram-se inseridos em enquadramentos estruturais que delimitam as possibilidades objectivas das suas condutas. E mesmo da acção racional planeada podem sempre emergir consequências não intencionais, precisamente porque os sujeitos não

podem controlar todos os efeitos estruturais e contextuais que decorrem das suas opções, nem as respostas dos outros às suas condutas.

O que não significa, por outro lado, que a reflexividade individual seja "falsa", no sentido de Atkinson (2010a; 2010b; 2010c), ou que as suas opções não sejam reais. Face às mesmas circunstâncias sociais, que não são determinantes, os agentes podem sempre efectuar escolhas diferentes e delinear percursos alternativos, precisamente porque a eficácia causal das estruturas depende sempre da sua activação como constrangimento ou capacitação.

Esse processo de activação é exercido, em parte, pela reflexividade individual, tal como é representado no modelo trifásico de Archer (2003b: 135-148; 2007: 16-22), na medida em que os sujeitos ponderam os seus objectivos e projectos face às possibilidades objectivas de concretizá-los, antes de definirem as suas condutas. Mas a reflexividade não deve ser entendida como o único mecanismo de mediação. Como tem vindo a ser explicitado até aqui, as estruturas podem ser pensadas como entidades externas com propriedades específicas, mas têm também uma existência interna sob a forma de disposições. A ideia de interiorização da exterioridade permite complementar a noção de dualismo analítico na explicação da acção. O sentido prático que resulta das disposições individuais tem um papel tão importante quanto as deliberações reflexivas na análise da relação entre estrutura e agência.

É ainda fulcral ter em conta que a reflexividade, apesar de consistir num processo mental e de não ter necessariamente qualquer manifestação externa, pode ainda assim ser expressa discursivamente em contextos de interacção. É necessário complementar os diálogos internos de Archer com as conversas externas que decorrem em situações de co-presença (mesmo que mediada) na identificação dos mecanismos de mediação entre estrutura e agência (Mouzelis, 2008: 208-209). No decurso das dinâmicas de interacção os indivíduos definem, negoceiam e reelaboram os seus objectivos e projectos. Estes enquadramentos sociais despoletam e fomentam processos mentais, mas também, e em simultâneo, o exercício daquilo que Giddens (2004) denominou como consciência discursiva.

Até porque, mesmo que de deliberações reflexivas resulte a tomada de decisão que orienta a acção num determinado sentido (o que nem sempre acontece), na realidade os sujeitos não podem prever inteiramente quais os parâmetros dos contextos de concretização dessa decisão. Há sempre um grau de imprevisibilidade dependente dos enquadramentos conjunturais e das respostas dos outros agentes. Como afirma Elder-Vass (2010: 95), as decisões são sempre causas indirectas e parciais das condutas humanas. Para além disso, a tomada de decisão nem sempre resulta em acção, como sugere o modelo deste autor. De acordo com Elder-Vass, as decisões tomadas são armazenadas e implementadas, num momento posterior, de forma não consciente, em condutas sociais concretas. Mas as decisões não têm de ser necessariamente executadas, precisamente porque o contexto filtra as deliberações reflexivas dos agentes e pode levá-los a reconsiderar as suas opções. Parece também pouco viável concordar que a sua implementação possa sempre ocorrer sem que os sujeitos dela se apercebam, principalmente porque as decisões resultam de processos conscientes e para serem concretizadas exigem, muitas vezes, a mobilização de meios e recursos, bem como a sua adaptação e reelaboração contextual.

Quadro 2 Constituição social dos indivíduos

Indivíduos		
Agentes	Actores	Sujeitos
Posicionamento face à distribuição de recursos	Desempenho de papéis sociais	Modos de relação com as estruturas e com a interpretação de papéis sociais
Universal e colectivo	Identidade pessoal e social	Mecanismos singulares de reflexividade

Todas estas considerações implicam desenvolver uma noção de indivíduo que incorpore de forma integradora e articulada a eficácia causal, quer das estruturas sociais, quer dos sujeitos. Até aqui tem-se falado de forma indiferenciada de actores, agentes e sujeitos para designar o indivíduo. Mas, para melhor se compreender a relação entre indivíduo e sociedade, é útil distinguir analiticamente essas três noções num modelo tripartido da composição social dos indivíduos, tal como representado no quadro 2.

As noções de agente, actor e sujeito remetem, de facto, para diferentes aspectos da relação que as pessoas estabelecem com a realidade social (Archer, 2003b: 118-119). Antes de mais, todos os indivíduos são agentes, no sentido em que se encontram posicionados involuntariamente, por via das suas origens sociais, no espaço de distribuição de recursos económicos, culturais e sociais (Bourdieu, 2001; 2003). Partilham, nesse sentido, hipóteses de vida similares com as pessoas que têm a mesma localização no espaço social. A noção de agente remete, por isso, para atributos colectivos e para uma condição universal.

São, por outro lado, actores, pelo desempenho de papéis sociais nos diferentes contextos por onde se movem. O leque de papéis interpretados depende, em larga medida, do lugar que os indivíduos ocupam enquanto agentes. Mas esses papéis são personificados e desempenhados de forma singular por cada actor, o que contribui para definir a sua identidade pessoal e social (Goffman, 1990).

São também sujeitos, enquanto criadores e executores de projectos pessoais (Archer, 2003b; 2007). A elaboração e implementação dos seus objectivos expressa os modos de relação que estabelecem quer com os seus enquadramentos estruturais enquanto agentes, quer com os seus papéis sociais enquanto actores. É por ser sujeito que o indivíduo, através de mecanismos singulares de reflexividade, atribui sentido às suas acções, toma por objecto os limites e possibilidades das suas condições e contextos e opta por orientar as suas condutas num determinado sentido, que pode ou não contrariar os seus posicionamentos como agente e como actor.

Este modelo tripartido é particularmente útil do ponto de vista analítico, porque permite compreender como se combinam numa mesma pessoa não só os poderes causais das estruturas e dos indivíduos, como também os níveis estrutural, contextual e individual.

A análise de processos reflexivos ao nível individual

Os contributos teóricos e os parâmetros operatórios que têm vindo até aqui a ser discutidos podem ser articulados num modelo teórico de análise empírica. Tendo por objectivo central compreender os mecanismos sociais da reflexividade individual, é fundamental procurar perceber em concreto:

— como se constitui e se desenvolve numa pessoa a capacidade de pensar sobre si mesma e sobre as suas condições sociais;
— como se caracterizam esses processos reflexivos, ou seja, como ocorrem, em que parâmetros e circunstâncias, em que contextos;
— e que efeitos têm na definição de cursos de acção específicos.

São, portanto, objectivos que remetem para três processos distintos com diferentes localizações temporais: formação (passado), definição (presente) e eficácia causal (futuro) da reflexividade. Compreender os modos como as pessoas pensam acerca de si mesmas tendo por referência as suas circunstâncias sociais pressupõe a construção de um modelo analítico que incorpore dinâmicas, recursos e contextos que permitam precisamente dar conta desses diferentes momentos.

A figura 1 representa graficamente os níveis, dimensões, conceitos e relações entre conceitos que se considera serem centrais para a análise da reflexividade individual.

Este modelo de análise dos processos reflexivos ao nível individual ancora fundamentalmente em quatro noções.

— Antes de mais, assenta na distinção entre as *dimensões externa e interna da acção* (Alexander, 1988; 1998; Mouzelis, 2008). Assumindo que a realidade social tem uma existência material e mental (Brante, 2001: 172), é importante estabelecer esta diferenciação para dar conta quer da dualidade, quer do dualismo que caracterizam a relação entre a eficácia causal das estruturas e a capacidade agencial dos sujeitos.
  A dimensão externa remete desde logo para a posse de recursos económicos e culturais, quer no que concerne às origens sociais, quer no que diz respeito à localização presente dos indivíduos no espaço social. Pretende-se, neste âmbito, compreender quais as suas condições materiais de existência. Os contextos de interacção integram também esta componente exterior das condutas por corresponderem aos enquadramentos, possibilitados em larga medida pelo posicionamento social dos agentes, que são palco dos contactos face a face (mesmo que mediados) entre actores sociais. Os indivíduos podem ter diferentes níveis de reflexividade em contextos sociais diferentes, até porque alguns domínios podem estimular, mais do que outros, o desenvolvimento e activação de competências reflexivas. É nestes contextos, nos quais os actores interpretam diferentes papéis, que se manifesta a componente externa da reflexividade individual. No decorrer da interacção, os indivíduos podem discursivamente, na presença de outros e com a sua colaboração, reflectir

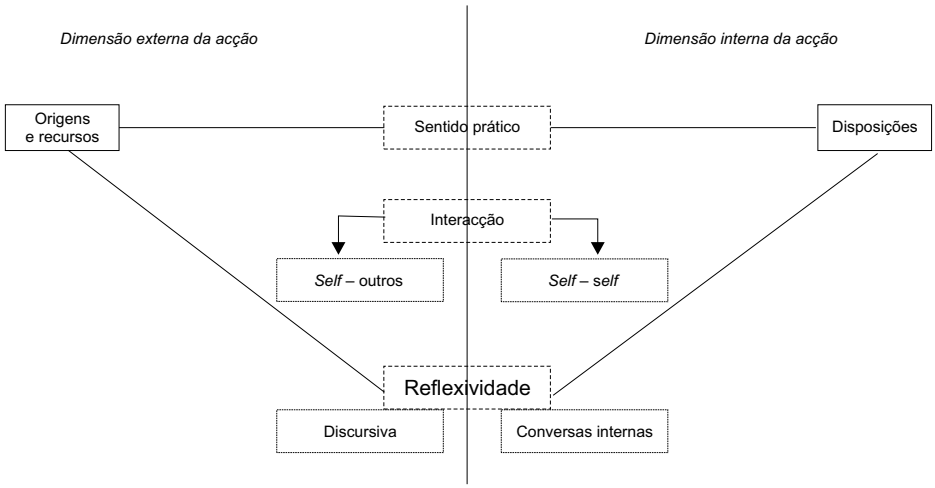


Figura 1 Modelo de processos reflexivos ao nível individual

oralmente sobre problemas, questões, objectivos, planos e intenções, ponderando as suas possibilidades e limitações. Mas a componente discursiva da reflexividade pode ainda manifestar-se por via da escrita, na medida em que se trata de um processo que implica racionalização, domínio simbólico da linguagem e distanciamento, tal como o trabalho de Lahire (1995; 2001; 2008) permite perceber.

Quanto à dimensão interna, é tida em conta a componente mental dos mecanismos de reflexividade, bem como a sua articulação, no espaço privado das mentes individuais, com os sistemas de disposições. Importa, portanto, atentar aos processos de interiorização da exterioridade, bem como à relação que os sujeitos estabelecem consigo mesmos e com as suas disposições, tomando-se como objecto no decurso dos diálogos internos que mantêm numa base regular.

— A relação entre as dimensões interna e externa da acção é *mediada* a três níveis. No nível estrutural o sentido prático representa o ajustamento pré-reflexivo entre disposições e condições materiais de existência e actua como mecanismo orientador das condutas (Bourdieu, 2003; 2008). O que significa que os agentes conhecem, de forma implícita, porque interiorizaram ao longo dos seus trajectos de vida esquemas de interpretação, as possibilidades objectivas dos seus recursos e contextos, e agem em conformidade, sem que as suas acções resultem de processos de racionalização. Os enquadramentos contextuais assumem também um cariz mediador, na medida em que as deliberações reflexivas que resultam da interacção que os actores mantêm consigo mesmos são sempre filtradas, e por isso potencialmente implementadas, negociadas, reformuladas ou anuladas em contextos concretos de interacção com outros actores sociais (Goffman, 1986a; 1986b; 1993). Ao nível individual

situa-se a reflexividade como mecanismo mediador, já que os constrangimentos e possibilidades delimitados pelas estruturas e contextos são, em diversos momentos, activados pelas competências reflexivas dos sujeitos, que se manifestam através das conversas que estabelecem consigo mesmos nas suas mentes (Archer, 2003b; 2007). Tal como proposto pelo modelo trifásico de Archer, os poderes causais das estruturas são activados como constrangimentos ou possibilidades por parte dos sujeitos, que definem os seus projectos com base na articulação entre as suas preocupações e as condições objectivas dos contextos sociais em que actuam.

— Tendo por objectivo central a análise da formação, composição e eficácia causal da reflexividade individual, é fundamental compreender como se *combinam as diferentes dimensões e factores* e que efeitos têm nas competências reflexivas dos sujeitos.

Um dos implícitos mais frequentes nas abordagens que se têm vindo até aqui a discutir é o de que qualificações escolares mais elevadas, mais recursos económicos, mais capital cultural e social, maior diversidade de papéis, contextos e redes, maior frequência de situações de crise e maior dissonância intrapessoal são factores que conduzem potencialmente a um incremento da reflexividade individual. São hipóteses que, para além de carecerem de verificação empírica, não devem ser pensadas de forma simplista e unidireccional, sendo antes necessário examinar as combinatórias que potenciam as capacidades reflexivas dos sujeitos. Nem interessa propriamente medir competências no sentido de identificar quem é mais ou menos reflexivo. A questão fulcral é perceber o que leva a que a reflexividade seja exercida, em moldes específicos, em determinados contextos, e que efeitos tem na definição das condutas.

Por exemplo, um mesmo indivíduo pode passar muito tempo a reflectir sobre as suas opções de carreira e ser particularmente estratégico na esfera profissional, em muito devido às suas origens sociais e às suas aprendizagens formais, mas, por outro lado, ter uma orientação mais ancorada nas disposições que incorporou ao longo da vida na esfera familiar. Ou seja, pode reflectir bastante sobre o seu papel enquanto especialista de uma dada área, contribuindo activamente para melhorar a sua situação profissional, mas não sobre o seu papel enquanto marido ou pai, acabando por reproduzir uma divisão genderizada de tarefas domésticas.

É necessário entender o indivíduo simultaneamente na sua singularidade e pluralidade, como sendo detentor de disposições múltiplas relativamente flexíveis, com orientações plurais da acção e com diferentes níveis de envolvimento e distanciamento em diferentes contextos (Costa, 2007; Lahire, 2001; 2002).

Deve também conceber-se a relação entre os factores sociais e a reflexividade como sendo de duplo sentido. O que significa que, para além de se compreender que efeitos podem os recursos e os contextos ter na forma como os sujeitos se pensam a si mesmos, deve igualmente ser considerada a eficácia causal da reflexividade nos enquadramentos sociais e condições materiais de existência. É

ainda importante perceber se esta capacidade agencial dos indivíduos é diferenciada de acordo com os seus posicionamentos sociais. Como afirma Mouzelis (2008: 227), para sujeitos com escassos recursos as estruturas podem assumir um cariz menos maleável do que para indivíduos com maior volume de capital. O que deve ser analisado em articulação com o grau de permeabilidade de diferentes contextos à acção transformadora dos indivíduos.

— Todos estes factores e eixos de análise são ainda atravessados por uma *dimensão temporal*. A capacidade de uma pessoa se pensar a si mesma por referência às suas circunstâncias sociais é formada e evolui, possivelmente de forma variável para diferentes contextos, ao longo do percurso biográfico. Mudanças que afectam a distribuição de recursos e a configuração dos contextos podem ter impacto nas dinâmicas de reflexividade. Importa, neste âmbito, atentar à importância das situações de crise. Ao longo dos seus trajectos de vida, e nas suas vivências quotidianas, os indivíduos experimentam múltiplos desajustes contextuais e biográficos, uns com mais impacto do que outros nas suas formas de agir e de pensar. Estes momentos, potencialmente geradores de incerteza e de tensão, estimulam a activação de competências reflexivas, como aliás Bourdieu destacou (Bourdieu e Wacquant, 2007: 131). Contudo, essas situações de crise são mais frequentes do que o autor preconizou e, tal como o trabalho de Lahire (2001: 81-86) permite perceber, não têm necessariamente implicações decisivas nas existências individuais.

Ainda na vertente diacrónica da análise, importa perceber que papel desempenha a reflexividade em momentos decisivos do percurso de vida dos indivíduos, em diferentes esferas sociais, e como se articula nesse âmbito com outras formas de orientação da acção. Essa articulação deve ser pensada em conjunção com o grau de inculcação das disposições e com a sua maior rigidez ou flexibilidade face à mudança.

É ainda fundamental ter em conta as circunstâncias e moldes em que a reflexividade é exercida em situações comuns do quotidiano e não apenas em momentos determinantes ou em ocasiões de crise. Como afirma Lahire (2001: 209-214), a ruptura com o sentido prático é frequente no dia-a-dia. A própria organização diária das vivências individuais assenta, em maior ou menor grau, em pequenas acções ou momentos em que é necessário que as pessoas estabeleçam algum distanciamento face a si mesmas e às suas práticas como forma de orientar a acção. A questão central aqui é perceber que papel desempenha a reflexividade no domínio da acção rotineira.

Outro aspecto importante, que remete também para a dimensão temporal, é o que diz respeito aos tempos da acção. Assumindo que o modelo de acção urgente da teoria da prática de Bourdieu não é a única modalidade de organização das condutas, é necessário ter em conta se a acção é mais ou menos curta, se se prolonga no tempo, se é habitual ou esporádica. Quanto mais prolongada no tempo for uma determinada prática, maior possibilidade existe de distanciamento e reflexão sobre a mesma. Contudo, isso não invalida que a reflexividade seja exercida no próprio tempo da acção. É preciso compreender as lógicas plurais da acção em articulação com os diálogos reflexivos.

Estes quatro pontos têm de ser pensados nas suas múltiplas articulações e intersecções. Perceber como se forma, define e que impacto tem a reflexividade implica combinar condições materiais objectivas com avaliações subjectivas sobre as mesmas, dimensões internas com dimensões externas da acção, posições com disposições, circunstâncias passadas com contextos presentes e projectos de futuro, posse diferencial de recursos com modos de relação com a acção, relações de interacção em co-presença com dinâmicas de relacionamento intrapessoal, deliberações reflexivas com a orientação do sentido prático, decisões e opções com configurações contextuais, componentes internas com manifestações externas de reflexividade. Estas dimensões e elementos de análise pressupõem um olhar sobre o real que atravessa diferentes esferas de vida, tempos biográficos e ambientes da acção.

Referências bibliográficas

Alexander, Jeffrey C. (1988), *Action and Its Environments. Toward a New Synthesis*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Alexander, Jeffrey C. (1992), "Recent sociological theory between agency and social structure", *Revue Suisse de Sociologie,* 18 (1), pp. 7-11.

Alexander, Jeffrey C. (1998), *Neo-Functionalism and After*, Oxford, Blackwell.

Archer, Margaret S. (2003a [1995]), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret S. (2003b), *Structure, Agency and the Internal Conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret S. (2007), *Making Our Way through the World. Human Reflexivity and Social Mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret S. (2010), "Can reflexivity and *habitus w*ork in tandem?", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about Reflexivity. Human Reflexivity and Social Mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.

Atkinson, Will (2010a), "The myth of the reflexive worker: class and work histories in neo-liberal times", *Work, Employment and Society,* 24 (3), pp. 413-429.

Atkinson, Will (2010b), "Class, individualisation and perceived (dis)advantages: not either/or but both/and?", *Sociological Research Online,* 15 (4), disponível em: http://www.socresonline.org.uk/15/14/17.html

Atkinson, Will (2010c), "Same formula, different figures: change and persistence in class inequalities", *Sociologia, Problemas e Práticas,* 63, pp. 11-24.

Bourdieu, Pierre (2001 [1994]), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2002 [1972]), *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2003 [1979]), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (2008 [1980]), *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre, e Loïc Wacquant (2007 [1992]), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press.

Brante, Thomas (2001), "Consequences of realism for sociological theory-building", *Journal for the Theory of Social Behaviour,* 31 (2), pp. 167-195.
Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
Costa, António Firmino da (2007), "Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia", em José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.
Elder-Vass, Dave (2010), *The Causal Power of Social Structures. Emergence, Structure and Agency*, Cambridge, Cambridge University Press.
Emirbayer, Mustafa, e Ann Mische (1998), "What is agency?", *The American Journal of Sociology,* 103 (4), pp. 962-1023.
Giddens, Anthony (2000 [1979]), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.
Giddens, Anthony (2004 [1984]), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
Goffman, Erving (1986a [1961]), *Encounters. Two Studies in the Sociology of Interaction*, Nova Iorque, Macmillan.
Goffman, Erving (1986b [1974]), *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, Boston, Northeastern University Press.
Goffman, Erving (1990 [1963]), *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*, Londres, Penguin Books.
Goffman, Erving (1993 [1959]), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água.
Holland, Ray (1999), "Reflexivity", *Human Relations,* 52 (4), pp. 463-484.
Holmes, Mary (2010), "The emotionalization of reflexivity", *Sociology,* 44 (1), pp. 139-154.
Lahire, Bernard (1995), "Écritures domestiques: la domestication du domestique", *Social Science Information,* 34, pp. 567-592.
Lahire, Bernard (2001 [1998]), *L'Homme Pluriel. Les Ressorts de l'Action*, Paris, Hachette Littératures.
Lahire, Bernard (2002), *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
Lahire, Bernard (2008), "De la réflexivité dans la vie quotidienne: journal personnel, autobiographie et autres écritures de soi", *Sociologie et Sociétés,* XL (2), pp. 165-179.
Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
Pinto, José Madureira (2008), "Sociologia e sociedade: reflexividade e acção", em Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 195-206.
Pires, Rui Pena (2007), "Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura", *Sociologia, Problemas e Práticas,* 53, pp. 11-50.
Rosenberg, Morris (1990), "Reflexivity and emotions", *Social Psychology Quarterly,* 53 (1), pp. 3-12.
Sayer, Andrew (2010), "Reflexivity and the habitus", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about Reflexivity*, Londres, Routledge, pp. 108-122.

Stones, Rob (2001), "Refusing the realism-structuration divide", *European Journal of Social Theory,* 4 (2), pp. 177-197.
Walsh, David. F. (1998), "Structure/agency", em Chris Jenks (org.), *Core Sociological Dichotomies*, Londres, Sage Publications, pp. 8-33.
Waters, Malcom (2000 [1994]), *Modern Sociological Theory*, Londres, Sage Publications.
Weber, Max (1995 [1922]), "Conceitos fundamentais de sociologia", em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 583-602.

Ana Caetano. Investigadora do CIES-IUL, bolseira de doutoramento pela FCT.
E-mail: ana.caetano@iscte.pt

Resumo / abstract / résumé / resumen

Para uma análise sociológica da reflexividade individual

O objectivo principal deste artigo é apresentar uma proposta teórica de análise empírica da reflexividade individual. São discutidos os contributos de diferentes autores do campo da sociologia que se considera serem os mais relevantes, pelos instrumentos operatórios que facultam, para responder aos desafios colocados pela análise do conceito de reflexividade. Com base na articulação de elementos do realismo crítico, com propostas da teoria disposicionalista e da teoria da estruturação, é proposto um modelo de análise de processos reflexivos ao nível individual, que distingue as dimensões interna e externa da acção e que se estrutura em torno de diferentes níveis de análise.

Palavras-chave reflexividade, agência, conversa interna, estrutura.

For a sociological analysis of personal reflexivity

The main goal of this paper is to present a theoretical proposal for the empirical analysis of personal reflexivity. Considering the challenges posed by the study of reflexivity, the contributions of different authors from sociology are discussed. A model for the analysis of the reflexive processes at the individual level is then proposed, based on the articulation between elements of critical realism and propositions from dispositionalist theory and structuration theory. This model distinguishes internal and external dimensions of action and it is structured around different levels of analysis.

Key-words reflexivity, agency, internal conversation, structure.

Pour une analyse sociologique de la réflexivité individuelle

Cet article présente une proposition théorique d'analyse empirique de la réflexivité individuelle, en abordant différents auteurs du domaine de la sociologie considérés comme les plus importants, pour les outils qu'ils apportent afin de répondre aux défis de l'analyse du concept de réflexivité. À partir de l'articulation d'éléments du réalisme critique avec des propositions de la théorie dispositionnaliste et de la théorie de la structuration, ce texte propose un modèle d'analyse des processus réflexifs au niveau individuel, qui distingue les dimensions intérieure et extérieure de l'action et qui se structure autour de différents niveaux d'analyse.

Mots-clés réflexivité, agence, conversation intérieure, structure.

Para un análisis sociológico de la reflexividad individual

El objetivo principal de este artículo es presentar una propuesta teórica de análisis empírico de la reflexividad individual. Son discutidas las contribuciones de diferentes autores del campo de la sociología que se consideran los más relevantes, por los instrumentos operacionales, para responder a los desafíos colocados por el análisis del concepto de la reflexividad. Con base en la articulación de elementos del realismo crítico, con propuestas de la teoría disposicionalista y de la teoría de la estructuración, es propuesto un modelo de análisis de procesos reflexivos a nivel individual, que distingue las dimensiones interna y externa de la acción y que se estructura alrededor de diferentes niveles de análisis.

Palabras clave reflexividad, agencia, conversación interna, estructura